



CEEI/ISRI

Centro de Estudos Estratégicos e Internacionais

CEEI-ISRI, ANO I
SÉRIE DE ARTIGOS N.º 01
Abril de 2013
Propriedade do CEEI/ISRI
Maputo - Moçambique

MOÇAMBIQUE:

Exploração de Recursos Energéticos, Privação Relativa, Conflito e Segurança

Autor:

Emílio J. Zeca

Pesquisador do Centro de Estudos Estratégicos e Internacionais
Docente de Estudos de Paz e Conflitos do ISRI

MOÇAMBIQUE:
Exploração de Recursos Energético, Privação Relativa,
Conflito e Segurança

FICHA TÉCNICA

Propriedade: CEEI/ISRI

Director: António Gaspar

Autor: Emílio J. Zeca

Director: António da Costa Gaspar

Edição: CEEI

Design e Grafismo: Emílio J. Zeca

Maior de 2013

Maputo

“Se Deus dotou Irão, Venezuela e os Estados Árabes de vastas reservas de petróleo, não faz para que estrangeiros chegados de terras longínquas as explorem... já é tempo das sociedades nacionais agarrarem nas suas mãos todas as rédeas de comando desta indústria”.

Abdallah Tarik

Introdução

A exploração dos recursos energéticos envolve uma relação entre os seres humanos, os recursos naturais e o Estado. Muitos Estados viram a sua soberania e estabilidade política, económica e social fortificada, ameaçada ou posta em causa, por interesses mais fortes a nível interno, regional e global. A história mundial apresenta vários exemplos de Estados e líderes políticos que foram apoiados ou sofreram represálias, por causa adoptar modelos de exploração e gestão dos seus recursos energéticos em favor ou não de interesses externos, sobretudo os do Ocidente. Desta feita, a posse, exploração e gestão dos recursos energéticos foram e são fonte de desenvolvimento, bênção, e fonte de conflitos nos e entre Estados, maldição.

Recentemente na zona austral e oriental de África estão sendo descobertos recursos energéticos estratégicos com intervenção de multinacionais poderosas. Em Moçambique, a Empresa Anadarko anunciou quatro descobertas de gás natural na Bacia do Rovuma em quatro prospectos. No Uganda, a Companhia Tullow Oil, descobriu cerca de 2 bilhões de barris de petróleo no lago Albert, ao longo do rift Africano; na Tanzânia, a Ophir-BG, anunciou a descoberta de gás no furo Chaza-1 localizado a 74 Km do furo Windjammer; no Kenia e Somália, trabalhos de pesquisa em curso com potencial de ocorrência de petróleo e gás. As empresas como Anadarko, ENI, Petronas, Petrobras, CNOOC estão engajadas na actividade de pesquisa nesta região à luz das novas descobertas (Ocuane, 2012:43-44).

As descobertas acima mencionadas estão a ganhar consistência e podem por em causa uma longa tradição de conviência pacífica e estabilidade nos e entre os Estados. Estas descobertas de significativas quantidades de recursos energético, em territórios anteriormente ignorados, mas situados ao longo de fronteiras comuns, pode contribuir para a eclosão de tensões, entre Estados, como acontece na fronteira lacustre entre Malawi e Tanzânia, no Lago Niassa, ou o caso da Península de Bakassi¹, entre o Camarões e a Nigéria. Os recursos energéticos foram, durante muitos tempo, utilizados como instrumento para depor, manter e colocar líderes ou governo, dependendo das alianças estabelecidas, por um lado. Por outro lado, a descoberta e a exploração dos recursos energéticos trazem elevadas expectativas nas populações, uma vez que eles podem trazer o bem-estar, desenvolvimento e segurança económica das populações e dos Estados. Todavia, há uma enorme apreensão e receios quanto aos efeitos negativos que a exploração e gestão dos recursos possam ter nas populações e nos Estados. A apreensão referida tem o seu móbil nas terríveis experiências e conflitos que Estados como a Congo, Nigéria, Sudão, Angola, Serra Leoa e outros, ricos em minerais energéticos têm vindo a viver.

Em Moçambique, a exploração de recursos energéticos, gás natural e carvão mineral, tem verificado um rápido desenvolvimento, nos últimos anos, como resultado da exploração de abundantes reservas de carvão mineral e gás natural, por várias multinacionais, como são os casos da brasileira Vale (Moatize), a australiana RioTinto (Benga e Zambeze), as britânicas Ncondezi Coal Company (Ncondezi) e Beacon Hill Resources - Minas de Moatize (Moatize), a JSP Lda Índia (Changara), a Eta Star do Dubai (Moatize), a ENRC (Cahora Bassa), Minas de Revubué - Talbot/Nippon Steel (Revubué), Sasol (Pande e Temane). Segundo Newsletter², o gás representa uma das mais expressivas reservas de gás natural do continente e, ligado ao carvão, já em exploração, coloca Moçambique numa situação estratégica, no mapa da economia e finanças internacionais, no que se refere a disponibilidade energética e viabilidade da indústria extractiva.

Boaventura de Sousa Santos, *sociólogo e professor catedrático da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Portugal, em visita a Moçambique refere que ficou com uma dupla impressão que do povo*

moçambicano e que transformou-se em dupla inquietação. A primeira tem precisamente a ver com a orgia dos recursos naturais. As sucessivas descobertas (algumas antigas) de carvão (Moçambique é já o sexto maior produtor de carvão a nível mundial), gás natural, ferro, níquel, talvez petróleo anunciam um El Dorado de rendas extractivistas que podem ter um impacto no país semelhante ao que teve a independência. Fala-se numa segunda independência. Estarão os moçambicanos preparados para fugir à maldição da abundância? (Santos, 2012:1)³.

Os recursos energéticos são a fonte que tem alavancado o desenvolvimento em toda a parte, seja em Estados desenvolvidos ou aqueles que se encontram em desenvolvimento. Os Estados que detêm esses recursos, devem se dar por abençoados, porque tem possibilidades de aumentar a sua riqueza, para além de se tornarem objecto de cobiça de muitos seguimentos internacionais. Todavia, para que a bênção se efective é preciso que exista um plano para definir e implementar as vias pelas quais se alcançará a soberania e segurança económica, com a exploração desses recursos.

O presente trabalho tem como objectivo principal reflectir sobre a relação entre a exploração de recursos, a privação relativa e a segurança, em Moçambique. O tema resulta da constatação da elevada expectativa que os diversos seguimentos sociais moçambicanos têm face aos anúncios da descoberta de gás na Bacia do Rovuma e o início da exportação do carvão de Moatize. O estudo resultou da recolha, revisão e sistematização bibliográfica sobre conflito, segurança e exploração de recursos, primeiro, na sua relação com o poder, nas Relações Internacionais, e segundo, os aspectos referentes a situação moçambicana.

Recursos Energéticos e Poder nas Relações Internacionais

O estudo sistemático do papel dos recursos energéticos como factor de disputa entre grandes potências económicas e militares foi elaborado pelo norte-americano Michael Klare, autor de numerosos artigos e de duas obras importantes sobre o assunto: “Resource Wars” (2001) e “Blood and Oil” (2004), onde por analogia a visão de Samuel Huntington (1997) que previu conflito violentos pós Guerra Fria, devido a “Choque de Civilizações”, Klare desenvolveu uma linha de explicação das causas dos conflitos na nossa época a disputa por recursos energéticos e naturais, cada vez mais escassos (Fuser, 2008:11).

Em apoio à sua hipótese, Klare (2000) observa que a competição e o conflito em torno do acesso às principais fontes de materiais valiosos e essenciais – água, terra, ouro, pedras preciosas, especiarias, madeira, combustíveis fósseis e minerais de uso industrial – acompanha a trajetória da humanidade desde os tempos pré-históricos. O avanço da industrialização, no Século XIX, desencadeou uma nova corrida para o controle das fontes de matérias-primas e recursos energéticos estratégicos, petróleo, gás natural, carvão, entre outros.

Klare (2000) assinala que a influência dos recursos no cenário internacional dependerá dos padrões de evolução do consumo humano. O consumo de certos recursos está se expandindo mais depressa do que a capacidade que a terra e a natureza oferecem. Todavia, quanto mais intensa for a pressão sobre a base dos recursos mundiais existentes, maior o risco de um grande trauma”. Os recursos energéticos são vitais para a economia mundial, mas são esgotáveis. Esse esgotamento está a ser pressionado pelos processos da globalização, o crescimento populacional e o fenómeno da urbanização.

Na perspectiva de Klare (2000), Ehrlich e Conca (2000) apontam quatro condições importantes que influenciam a probabilidade da exploração dos recursos naturais se tornem objectivo de uma ação

política ou militar: grau de escassez, a possibilidade de compartilhado dos mesmos por dois ou mais grupos, o poder relativo dos grupos, tendo em conta a força económica ou militar; e a facilidade de acesso às fontes alternativas.

Diversos estudos foram publicados sobre a relação entre as multinacionais e os Estados, no que tange a exploração de recursos energéticos. Na maioria dos casos, os estudos apontam que as multinacionais estão em constante choque com os Estados, nos diversos domínios da sua relação. A relação entre as multinacionais e os Estados, nesta matéria, ultrapassa as relações inter-estatais, porque está-se diante duma relação entre os actores económicos transnacionais e Estados nacionais, nas relações de cooperação e conflito que envolve a exploração de recursos naturais.

O artigo “*Power politics and Transnational Relations*” (1995), de Robert Krasner, explica a relação entre as multinacionais e os Estados, no processo de exploração de recursos, tendo em conta as possibilidades de cooperação e de conflito. Comentando os conflitos que envolvem multinacionais voltadas para a exploração de recursos naturais, ou seja, situações em que o direito de acesso ao território de um Estado estrangeiro é condição para o exercício das atividades, Krasner refere:

“Sendo todos os demais factores iguais, quanto mais importante para um actor for a sua possibilidade de operar legalmente dentro das fronteiras de um Estado específico, maior será o poder de pressão das autoridades políticas locais. Por exemplo, uma empresa voltada para a exploração mineral precisa obter acesso ao território dos Estados onde essas reservas estão localizadas; já uma empresa voltada para a fabricação e roupas pode operar em qualquer lugar onde exista mão-de-obra e transporte baratos. O Estado – isto é, o centro de tomada de decisões – exerce mais poder de pressão sobre os empreendedores no campo dos recursos naturais do que sobre os industriais do ramo das confecções.”

No estudo da relação entre as multinacionais e os Estados, no processo de exploração de recursos, há um conceito importante que é “barganha obsolescente” – *Obsolescing Bargain* – elaborado por Raymond Vernon:

No contexto do estudo das negociações entre Estados possuidores de recursos energéticos e as empresas multinacionais que os investidores interessados em explorar um determinado recurso energético proporcionam o capital, a tecnologia e o acesso aos mercados – factores inacessíveis ao Estado hospedeiro. A operação traz uma nova fonte de receita a aquele Estado, sem nenhum custo. Quando o empreendimento se desenvolve, as condições de barganha do Estado hospedeiro melhoram. As corporações estrangeiras possuem grandes activos fixos que não podem ser liquidados sem custos substanciais. Novos investidores estão à espreita, dispostos a oferecer pagamentos mais altos por concessões de lucratividade já comprovada. A mão-de-obra do Estado hospedeiro eleva seu grau de qualificação. E o capital externo se torna menos indispensável, na medida em que a participação na receita das matérias-primas – ainda que desigual – viabiliza um montante de capital nativo suficiente para sustentar a exploração. A posição do actor transnacional se torna, então, muito fraca do que no início da exploração. Neste contexto, emergem conflitos relativos à renegociação dos acordos de concessão ou até mesmo, em casos extremos, a nacionalização das actividades de exploração. Este posicionamento é defendido por Bernard Mommer (2000), um dos principais assessores de Hugo Chávez, antigo presidente da Venezuela, num estudo intitulado “*The Governance of International Oil: The Changing of The Rules of the Game*” onde explica os conflitos entre actores transnacionais e Estados detentores de recursos energéticos (Vernon, 1971, citado por Fuser, 2008:14-15).

O pensamento das escolas, tradições e paradigmas das Relações Internacionais sobre a relação entre a exploração dos recursos energéticos poder, segurança e conflitos ainda não possui informação sistematizada e suficientemente clara e consolidada. Todavia, alguns representantes das escolas de Relações Internacionais dão pontos de vista importantes, para os que pretendem estudar a reação entre os recursos energéticos, a segurança e o conflito. Existem limitações da Teoria das Relações Internacionais, na análise dos conflitos em torno da exploração dos recursos energéticos. A lacuna teórica pode representar um estímulo para a criatividade, a investigação e a busca de um pensamento

autônomo sobre esse assunto, criando um terreno fértil para a produção teórica independente.

Realismo

Hans Morgenthau, fundador do realismo clássico, inclui as matérias-primas, juntamente com os factores geográficos e a autonomia na obtenção de alimentos, como o elementos estáveis do poder dos Estados, em contraposição aos elementos variáveis, que seriam a capacidade industrial, a preparação militar e o tamanho da população. Nesta perspectiva, os recursos naturais são necessários para a produção industrial e, sobretudo, àqueles que permitem o funcionamento o aparato militar. Na visão de Morgenthau, os recursos são importantes na medida em que a adotados para a produção de armas sofisticadas, porque o que define o resultado da guerra é a eficácia do material bélico - cuja fabricação e funcionamento dependem de determinadas matérias-primas. Portanto, o poder nacional torna-se cada vez mais dependente do controle das matérias-primas, tanto na paz quanto na guerra (Morguentau, 2003).

Raymond Aron (2002) refere que os elementos fundamentais para a definição da potência, com capacidade de impor sua vontade a uma outra, são os recursos materiais disponíveis e o conhecimento que permite transformá-los em armas. Kenneth Waltz (2002) defende que os Estados devem dar importância estratégica aos seus suprimentos essenciais, com destaque especial para os recursos energético, neste caso concreto, o petróleo. Robert Gilpin, na sua obra “*As Terras Férteis e o Petróleo*” (1981) aponta, entre os motivos, para eclosão das guerras a conquista de recursos importantes e importantes. Na obra “*War & Change in World Politics*”, aponta que uma sociedade se desenvolve, adquirindo riqueza e poder numa escala crescente, até o ponto em que não consegue mais progredir nos marcos da capacidade tecnológica disponível.

Nenhum dos autores mencionados, porém, aponta as matérias-primas estratégicas no centro de suas abordagens. Susanne Peters (2004) refere que a perspectiva do surgimento de conflitos relacionados com a escassez de recursos só despertou a atenção dos pesquisadores a partir do primeiro “choque do petróleo”, em Outubro de 1973, quando ocorreu o embargo aplicado pelos exportadores árabes em represália ao apoio dos EUA e de outros Estados Ocidentais a Israel, na Guerra do Yom Kippur.

Há limitações inerentes à corrente realista para explicar a relação entre estes três elementos, porque o realismo dá grande foco às grandes potências e aos assuntos de defesa e segurança, onde os Estados em desenvolvimento, detentores de recursos não possuem capacidade de ação autônoma, nem são actores-chave na disputa global por recursos energéticos. Não cabe no estreito figurino do Realismo, seja em sua vertente “clássica” (Morgenthau), seja na sua reconstituição “estrutural” (Waltz,2002), os assuntos de *low politics* que não se transformam em *high politics*. Outro obstáculo à capacidade explicativa do Realismo tem a ver com a separação absoluta entre a política interna e a política externa dos Estados. Os realistas definem a ação dos Estados no cenário internacional a partir da conhecida metáfora das “bolas de bilhar” - unidades maciças e rígidas, que se chocam umas contra as outras.

Liberalismo: Institucionalismo

O Institucionalismo Liberal revela igualmente graves insuficiências, como paradigma teórico, para o estudo dos recursos energéticos em suas dimensões políticas e estratégicas. Os adeptos dessa corrente acreditam que a cooperação tomará o lugar do conflito como marca predominante do Sistema Internacional e que a interdependência económica é capaz de dar resposta a impasses como o da redução dos estoques disponíveis de recursos estratégicos, evitando a possibilidade de conflito e garantindo a segurança nos níveis estatal e sistémico (Keohane e Nye, 2001).

Uma contribuição fecunda, no campo liberal-institucionalista, para o estudo da relação entre recursos energéticos, segurança e conflito provém de G. John Ikenberry que discute, em “*Reasons of State*” (1988), a relação entre os factores domésticos e os interesses externos dos EUA, no campo dos recursos energéticos. Na sua obra, Ikenberry (1988), formula a hipótese de que um Estado poderoso, política e militarmente, no plano internacional, porém com uma margem de ação restrita no cenário interno, devido à existência de actores muito influentes, tende a buscar fora de suas fronteiras a solução para problemas domésticos, tais como o da segurança no suprimento de combustíveis. Portanto, aquisição de recursos energéticos aparece como a busca de segurança, mas que pode degenerar em conflito inter-estatal.

Marxismo e Globalismo

A escola marxista das Relações Internacionais apresenta contribuições relevantes para o estudo dos conflitos por recursos energéticos. As Teorias do Sistema-Mundo de Wallerstein (2004), o Imperialismo de Lênin (1966) e as variantes da Teoria da Dependência de Gunder Frank (1978) apontam uma dinâmica do Sistema Internacional na qual o núcleo dos Estados capitalistas do Norte explora os Estados periféricos do Sul, por meio da extração de suas matérias-primas baratas, da exploração da sua força de trabalho e de uma estrutura de comércio desigual.

A extração de matérias-primas das regiões periféricas em benefício dos capitalistas acompanha a evolução do capitalismo, desde os seus primórdios, no Século XVI. No ponto de vista de John Bellamy Foster, o controle informal dos recursos da periferia do Sistema, obtido “não só por meio de políticas do Estado, mas também de acções de corporações empresariais e de mecanismos de mercado, finanças e investimento”, é tão efectivo quanto a dominação política formal exercida na época do colonialismo, Foster (2003).

A escola marxista trouxe o conceito de “acumulação por espoliação”, formulado pelo geógrafo David Harvey (2003), na obra “*The New Imperialism*”. A partir do conceito da “acumulação por espoliação” é possível analisar e avaliar os processos políticos actuais de “nacionalismo de recursos” e compreender as características da resistência popular ao controle de bens naturais estratégicos por empresas e corporações estrangeiras, tal como se manifesta na Bolívia, Venezuela, Equador e outros Estados da América Latina, com tendência de retorno ao Esquerdismo.

Exploração de Recursos em Moçambique

A exploração de recursos, em Moçambique, ocorreu sempre em moldes artesanais e industriais. A exploração industrial remonta o período colonial e se consolidou no período pós independência. Durante este período, houve a fase de prospecção referente às primeiras pesquisas geológicas do período colonial, a exploração do carvão em Moatize, no período colonial e o período da independência e a exploração do gás em Pande e Temane e o novo ciclo de prospecção e exploração das grandes mineradoras multinacionais.

As pesquisas para exploração de recursos energéticos em Moçambique remontam o período colonial, com as primeiras expedições de geólogos alemães que mapearam as zonas com potencialidades de ocorrência desses recursos, tendo em conta as formações geológicas. Das zonas com potencialidades de ocorrência de recursos energéticos, o destaque vai para regiões de Inhambane (Pande e Temane), Sofala (Banco de Sofala e Marromeu) e Tete (Moatize), para além da foz do rio Zambeze. Todavia, a exploração desses recursos, nos moldes industrial, ocorreu com as actividades na bacia carbonífera de Moatize, em Tete. Selemane (2010:3) pontua que as primeiras as pesquisas de hidrocarbonetos remontam o ano de 1904. Em, 1948 houve pesquisas de petróleo no litoral de Moçambique (Cabo Delgado, Sofala e Gaza). O gás de

Pande foi descoberto em 1961. A descoberta do gás de Pande foi seguido pelo de Búzi, em 1962 e Temane, em 1967. Na década de 1980, foi feito o primeiro furo de pesquisa de petróleo, em Mocimboa da Praia, na Bacia do Rovuma, e o segundo foi aberto perto de Xai-Xai.

O quadro legal e institucional sobre a indústria mineira surgiu muito mais tarde, por volta dos anos 1980. Em 1981, foi aprovada a Primeira Lei de Petróleos (Lei n.º3/81) e criada a Empresa Nacional de Hidrocarbonetos. Em seguida surgiram a Lei n.º 2/86 de 16 de Abril que aprova a Lei de Minas; o Decreto n.º 13/87 de 24 de Fevereiro que regula a Lei moçambicana de Minas; a Lei n.º 5/94 de 13 de Setembro, que introduz alterações à Lei de Minas e ao seu respectivo regulamento e atribui ao Conselho de Ministros competências para instituir um regime fiscal aplicável à actividade mineira; Decreto n.º 31/95 de 25 de Julho que aprova o regulamento sobre a Comercialização de Minerais e Metais Preciosos; o Despacho Ministerial n.º 77/94 de 25 de Maio, que aprova o Regulamento do Certificado Mineiro; a Lei n.º11/2007 de 27 de Junho, que actualiza a legislação tributária, especialmente relativa a actividade mineira; o Decreto n.º 5/2008 de 09 de Abril que aprova o Regulamento dos Impostos Específicos da Actividade Mineira; Lei n.º3/2001 de 21 de Fevereiro – Lei de Petróleos; Decreto n.º 24/2004 de 20 de Agosto que regula as Operações Petrolíferas e aplica-se às operações petrolíferas no âmbito da Lei do Petróleo. Em 2004, foi criado o Instituto Nacional do Petróleo como entidade reguladora das operações petrolíferas em Moçambique.

Em 2007, surge a Lei n.º 12/2007 de 27 de Junho que actualiza a legislação tributária, especialmente relativa à actividade petrolífera e revoga os artigos 24 e 25 do Capítulo V da Lei do Petróleo; a Lei n.º13/2007 de 27 de Junho introduz alterações relativamente ao regime de incentivos fiscais; o Decreto 4/2008 de 9 de Abril faz a regulamentação do Imposto sobre a Produção de Petróleo previsto na Lei n.º12/2007 e revoga o Decreto n.º 19/2004 de 2 de Junho e a respectiva legislação complementar e demais legislação que o contrarie; a Lei n.º 4/2009 aprova o novo código dos benefícios fiscais e está em curso debates sobre a Estratégia e Política de Exploração dos Recursos Minerais levada a cabo pelo Ministério dos Recursos Minerais.

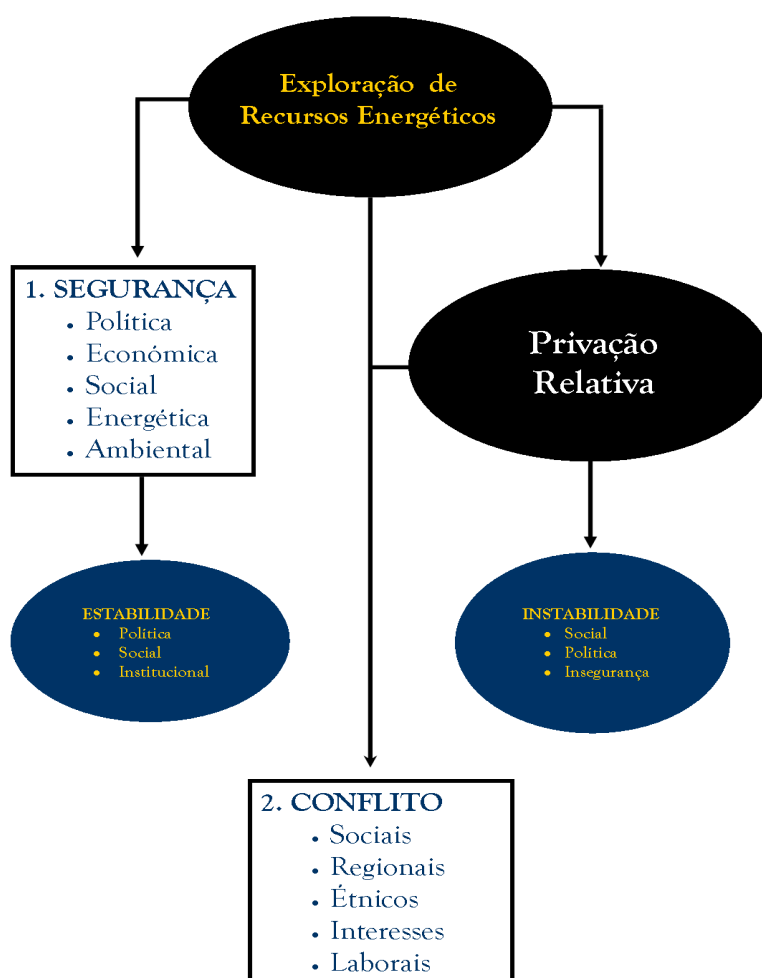
Manuel Sithoe (2012)⁴, citado pelo Jornal Diário de Moçambique, refere que até Junho de 2012, em Tete, existiam mais de 30 empresas que, à semelhança do que fizeram as firmas Rito Tinto, Vale Moçambique e Minas de Moatize, estão a proceder a pesquisa e prospecção do carvão mineral, principalmente no já conhecido distrito carbonífero de Moatize, bem como em Changara e Cahora Bassa, entre outras regiões desta província. “As pesquisas estão a decorrer satisfatoriamente, facto que resulta na instalação de mais empresas para a exploração do carvão mineral, como as novas que mencionei” – sublinhou a fonte (Chimundo, 2012).

Em Moçambique, a Companhia Rio Tinto tem um investimento de cerca de 8 biliões de dólares, estando neste momento a empregar cerca de 3.500 trabalhadores nas diversas áreas de actividades. Esta multinacional está a assegurar a formação do pessoal, de modo a que tenha qualidade exigida para este tipo de empreendimento. Esta mineradora opera na mina de carvão de Benga e tem como principais mercados o Brasil, Índia, China e Europa, bem como Médio Oriente. Enquanto isto, a Vale Moçambique vai investir 6.4 biliões de dólares para a execução de actividades que visam a expansão da produção de carvão na mina de Moatize, prevendo-se que até 2014 alcance 11 milhões de toneladas deste minério por ano (Chimundo, 2012).

Em Junho de 2012, o Director Provincial dos Recursos Minerais e Energia de Tete anunciou que quatro novas empresas mineiras, nomeadamente a Jindal, ENRC, Ncondedzi Coal Company e Minas Revubué iniciariam as suas actividades, elevando-se assim para sete o número de firmas multinacionais que operam na área de mineração, na província de Tete. As três primeiras empresas que já exploram o carvão mineral são a Vale Moçambique, Rio Tinto e Minas de Moatize, no distrito carbonífero de Moatize. A mineradora Jindal tem a sua mina em Changara, enquanto a

ENRC encontra-se no distrito de Cahora Bassa. As restantes duas: Ncondedzi Coal Company e Minas Revubué possuem as suas minas em Moatize. Manuel Sithole referiu que as novas empresas estão já num processo bastante avançado de exploração do carvão, montando os equipamentos para o efeito. Ao mesmo tempo equacionam a possibilidade de escoamento do produto para o Porto da Beira, donde será exportado (Chimundo, 2012).

O diagrama, abaixo, procura relacionar a exploração de recursos, a segurança e o conflito. A exploração de recursos pode ser fonte de desenvolvimento e estabilidade social, política e económica, como também pode ser fonte de insegurança e conflito. Os benefícios da exploração de recursos podem melhorar a qualidade de vida das comunidades e isso e a percepção da materialização dos seus direitos torna-se efectiva. O contrário, as populações podem ter a percepção de que o que lhes é de direito não é concedido e como consequência directa, há predisposição para manifestar e conflitar em defesa da materialização dos referidos direitos.



Exploração de Recursos e Privação Relativa

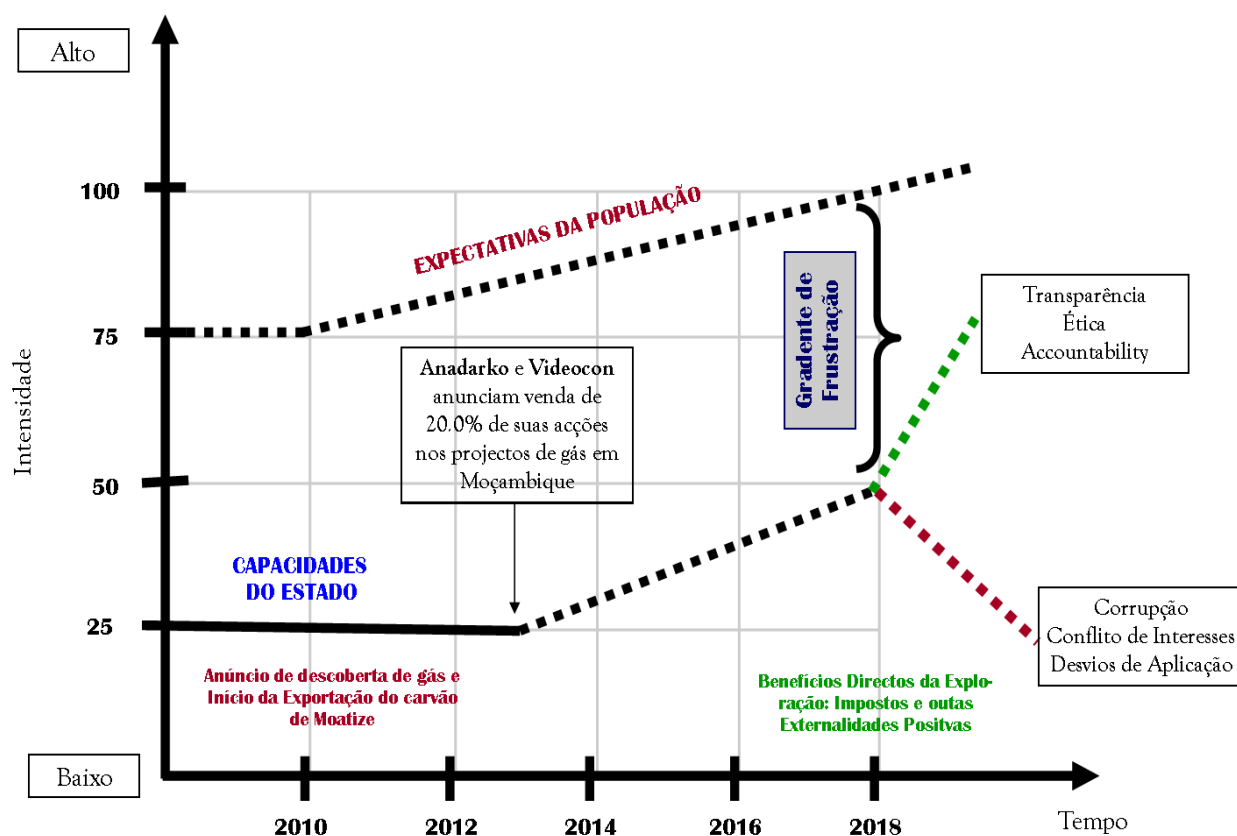
A exploração de recursos refere às diversas fases de prospecção e pesquisa dos recursos energéticos. Esta actividade visa a descoberta, delimitação e definição de tipologia e teores e qualidade da ocorrência do recurso energéticos. A pesquisa e exploração de recursos energéticos é uma actividade de alto risco que envolve avultados recursos dirigidos, exclusivamente, para o descobrimento de depósitos e reservas de minerais energéticos. A actividade exploratória de recursos envolve riscos e os benefícios são de longo prazo. O tempo que passa entre as descobertas, exploração e comercialização

dos recursos é longo e, nem sempre, a população compreende e tem tempo para esperar. Como resultado, o povo simples sente-se ou privado de usufruir um bem que é nacional, ou traído pelas elites envolvidas no processo.

Na obra “*Why Men Rebel*”, Gurr (1970:45), refere o seguinte:

A privação relativa é a diferença entre o que as pessoas percebem que estão obtendo da sociedade e o que elas acham ter direito ou por outra é uma dissonância ou *gap* entre o que consideramos ser nosso direito de ter, de fazer ou de ser e por outro lado a nossa percepção do que outras pessoas, grupos de pessoas ou instituições nos permitem em termos de recursos e capacidade de satisfazer o nosso direito. A privação relativa é definida como uma discrepância percebida entre as expectativas valoradas dos indivíduos e as capacidades valoradas. Expectativas valoradas por um lado, são um conjunto de bens e condições de vida que os indivíduos consideram merecerem por justiça e por outro lado capacidades valoradas são um conjunto de bens e condições que os indivíduos crêem que podem alcançar e manter dados os meios disponíveis. A privação relativa é composta por três categorias principais que permitem a sua medição: descendente, ascendente e progressiva. A privação relativa descendente resulta do declínio da capacidade de sobrevivência de um dado grupo de pessoa, devido a vários factores. A privação relativa ascendente: resulta do aumento de níveis de expectativa enquanto a capacidade continua estável ou quando dá sinais de declínio. A privação relativa oprogressiva: acontece quando a capacidade de um grupo chega a um ponto fixo depois de um período de rápida subida das mesmas ou das expectativas do grupo.

O anúncio de descobertas de elevadas quantidades de carvão, em Moatize, e gás natural, na Bacia do Rovuma, fez com que a população passasse a pensar que Moçambique é um Estado rico e que os



recursos constituem uma oportunidade imediata, para resolver problemas sociais e estruturais nacionais. Todavia, a actividade de propensão desses recursos é feito a risco próprio das empresas depois de concessões feitas pelo Estado e a exploração e comercialização efectiva levará algum tempo. Portanto, fala-se que o Estado terá dividendos directos a partir de 2018.

O gráfico, abaixo, apresenta a relação que se pode estabelecer entre as expectativas dos vários seguimentos sociais nacionais sobre a descoberta e exploração dos recursos energéticos e as reais capacidades do Estado em responder a tais expectativas, tendo em conta que os ganhos reais da actividade só pode começar a surtir efeitos a partir de 2018, como apontam os especialistas na matéria.

O anúncio das descobertas de gás na Bacia do Rovuma e o início da actividade de exportação do carvão pela Vale aumentou a expectativa de vários seguimentos sociais relativamente aos dividendos que o Estado ganhará. Efectivamente, não obstante aos ganhos relativos que o Estado moçambicano está a ter, ele não tem capacidades para responder às referidas expectativas. As expectativas das populações face aos benefícios são imediatas e isso pode aumentar o gradiente de frustração que é a diferença entre as expectativas e as capacidades de respondê-las. A esperança é que a partir de 2018, os dividendos, os reembolsos e os impostos que advirão dessa actividade possam melhorar a capacidade do estado em responder às expectativas das populações.

A melhoria da capacidade de resposta por parte do Estado só será possível se o mecanismo de comunicação e diálogo entre o Governo e os diversos seguimentos sociais melhora, de modo a que se saiba as reais quantidades exploradas e os dividendos desta exploração; a transparência, ética e os mecanismos de prestação deve melhorar da exploração dos recursos energéticos, podem levar a situações de descontentamento da social como resultado da sua não satisfação imediata.

Exploração de Recursos e Conflito

Não há dúvida de que os recursos energéticos constituem uma das principais fontes de tensões, disputas, crises e conflitos nos e entre Estados no campo político, social e económico, mas essa é apenas uma visão que muitas vezes não mostra a verdadeira face das relações que as fontes energéticas produzem no mundo diplomático, político, económico, social, étnico.

No passado colonial, as ex-colónias africanas, asiáticas e latino-americanas eram as principais fontes de abastecimento das indústrias europeias, logo a seguir à revolução industrial e todo o processo de industrialização. Imediatamente a seguir do de descolonização Afro-asiática, os recursos energéticos foram fonte de disputas e conflitos: Biafra, Angola, Revolução Xiita, Congo e outras. Portanto, vários autores e pesquisadores referem que a competição por recursos energéticos constituem uma das maiores fontes de conflitos nos e entre Estados.

Em Moçambique, tendo em conta o modelo de exploração de recursos energéticos, em que o processo é levado a cabo por multinacionais, em mega-projectos, com recursos a tecnologia de ponta e, em muitos casos, longe das povoações, há propensão para eclosão de conflitos inerentes das externalidades da actividades, como é o caso de reassentamento das populações; conflitos sociais, derivados de perspectivas e concepções diferentes de como as políticas e estratégias para esta devem ser traçadas e implementadas; conflitos de interesses, derivados da diversidade de interesses entre os diversos seguimentos envolvidos nessa actividade; e, por último, os conflitos regionais com dimensão provincial ou regional, alimentados por nativos das zonas onde a exploração ocorre e por aqueles que não se sentem inclusos nos processos.

O conflito social refere-se ao conflito que opõem pessoas ou grupos de pessoas no seio de uma sociedade. Ele surge na sequência da existência de diferenças na percepção, pensamento, ideias, sentimentos, intencões, concepções e desejos de indivíduos ou grupos de indivíduos. A existência de diferenças não é problema, tanto mais que as diferenças, *de per se*, não suscitam conflito entre as pessoas. O que é mais importante é saber como os indivíduos lidam com as diferenças e como elas e

sentem no seu relacionamento com outros indivíduos (Gaspar, 2003:24-24).

O conflito social tem as suas bases nas relações sociais, políticas e económicas. Dificilmente se pode argumentar a natureza biológica humana como fonte de conflitos sociais. A experiência mostra que as condições sociais prevalentes na sociedade, desigualdade social, contribuem para a eclosão de conflitos sociais. Na interacção entre agentes ou partes, indivíduos, grupos ou organizações, pelo menos uma delas se apercebe da existência da incompatibilidade entre o seu pensamento, ideia ou percepção com as intenções e desejos do seu oponente que, igualmente, procura restringir as suas acções (Gaspar, 2003:25 e Gaspar, 2004:35).

Um dos aspectos negativos da exploração dos recursos energéticos é a chamada “maldição da abundância”. Santos (2012:1) refere que a “maldição da abundância” é uma expressão usada para caracterizar os riscos que correm os Estados pobres onde se descobrem recursos naturais, objecto de cobiça internacional. A promessa de abundância decorrente do imenso valor comercial dos recursos e dos investimentos necessários para o concretizar é tão convincente que passa a condicionar o padrão de desenvolvimento económico, social, político e cultural.

Os riscos desse condicionamento são, entre outros: crescimento do PIB em vez de desenvolvimento social; corrupção generalizada da classe política que, para defender os seus interesses privados, se torna crescentemente autoritária para se poder manter no poder, agora visto como fonte de acumulação primitiva de capital; aumento em vez de redução da pobreza; polarização crescente entre uma pequena minoria super-rica e uma imensa maioria de indigentes; destruição ambiental e sacrifícios incontáveis às populações onde se encontram os recursos em nome de um “progresso” que estas nunca conhecerão; criação de uma cultura consumista que é praticada apenas por uma pequena minoria urbana mas imposta como ideologia a toda a sociedade; supressão do pensamento e das práticas dissidentes da sociedade civil sob o pretexto de serem obstáculos ao desenvolvimento e profetas da desgraça. Em suma, os riscos são que, no final do ciclo da orgia dos recursos, o país esteja mais pobre económica, social, política e culturalmente do que no seu início. Nisto consiste a maldição da abundância.

Nos últimos tempos, a diversos níveis, desde o cidadão comum, passando pelo parlamento até os académicos, é recorrente ouvir-se abordagens que se faz a ligação entre a exploração de recursos energéticos e a exclusão de grupos das regiões e províncias onde as descobertas de recursos estão a ocorrer. A componente regional e étnica, ainda que ténue, estão a ser usadas por elites dominantes, como mecanismos e instrumento para materialização de objectivos e maximização de interesses.

O processo de exploração de recursos pode proporcionar a emergência de conflitos regionais, entendidos como os conflitos que ocorrem numa determinada região, tendo em conta os diversos actores da mesma região. Esse tipo de conflito pode ter a dimensão de uma província, grupo de províncias ou até mesmo aos grupos maioritários que formam as regiões. A dimensão territorial e geográfica desses conflitos pode alcançar a província, onde em algumas situações pode-se recorrer a componente étnica, mas em outras, recorre-se a componente nativa – “**x-terra é para x-nativos**” – os recursos de Moatize devem beneficiar, primeiramente aos “Nnhungues” e depois aos outros; os recursos de Cabo Delgado devem beneficiar, primeiros aos “Macondes” e depois aos outros.

O outro tipo de conflitos que podem surgir do processo de exploração de recursos são os conflitos de interesses. Santos (2012:2) refere que são muitos os indícios de que as promessas dos recursos

começam a corromper a classe política e os conflitos no seio desta são entre os que “já comeram “ e os que “querem também comer”. Não é de esperar que nestas condições, os moçambicanos no seu conjunto beneficiem dos recursos. Não será um processo linear porque Moçambique é muito diferente de Angola: a liberdade de imprensa é incomparavelmente superior; a sociedade civil está mais organizada; os novos-ricos têm medo da ostentação porque ela zurzida semanalmente na imprensa e também pelo medo dos sequestros; o sistema judicial, apesar de tudo, é mais independente para atuar; há uma massa crítica de académicos moçambicanos credenciados internacionalmente capazes de fazer análises sérias que mostram que “o rei vai nu”.

A exploração de recursos, em Moçambique, pode ser uma fonte de conflitos de interesses entre os interesses do Estado, do Governo, dos governados, das companhias multinacionais e de figuras proeminentes dos diversos seguimentos sociais nacionais. O poder das multinacionais e a ganância de aquisição de benefícios dos megaprojectos por parte dos nacionais, pode por em causa os mais altos interesses do Estado e pode criar arrogância por parte das entidades nacionais, dificultando o trabalho das organizações nacionais e internacionais interessadas na transparência dessa indústria e numa exploração ética e eficiente.

Exploração de Recursos e (In)Segurança

O ciclo de exploração de recursos é uma actividade que envolve a prospecção e pesquisa dos recursos e via a descoberta, delimitação e definição de tipologia e teores e qualidade da ocorrência do recurso e posterior comercialização. Todo o ciclo de exploração de recursos e os actores envolvidos e interessados com a actividade e com o produto final mexe com a segurança do local onde o processo ocorre. Em Moçambique, a exploração de recursos pode ser um factor de segurança ou insegurança, sobretudo quando se presta atenção às ameaças não militares que circundam o processo de exploração de recursos: falta de recursos humanos, falta de infra-estuturas, falta de tecnologia, quadro legal e institucional poroso e multinacionais gigantes envolvidas na actividade.

Quando falamos de segurança, David Baldwin, recomenda três perguntas de partida: segurança para quem? sob que ameaças? e contra que valores?”. Das três perguntas de Baldwin pode-se dizer que a segurança é sempre referente a um sujeito que pode ser o indivíduo, o Estado ou o Sistema. As ameaças à segurança pode ser de carácter militar e não militares. Por último, a segurança envolve valores principais e centrais para a sobrevivência e existência do sujeito ou referente de segurança (Baldwin, 1997:12-17).

Barry Buzan, um dos conceituados estudiosos da matéria, define a segurança como “a liberdade de ameaças”. Buzan defende que a segurança deve incluir, entre outras coisas, o bem-estar de indivíduos e colectividades e à protecção dos valores centrais para a auto-definição das comunidades” (Buzan, 1983:15). Por seu turno, Arnold Wolfers define a segurança em sentidos objectivo e subjectivo. No sentido, objectivo, a segurança é medida pela ausência de ameaças aos valores adquiridos. No subjectivo, a segurança é a ausência de medo de que estes valores sejam ameaçados (Wolfers, 1962:150). Charles Philipp define a segurança como sendo a ausência de ameaças militares e não militares que pudessem pôr em causa os valores centrais que uma pessoa, uma comunidade ou Estado querem promover, e que implicasse um risco de utilização da força (David, 2001:27). Portanto, neste ponto, ter-se-á como referente de segurança o Estado Moçambicano, com enfoque para as ameaças não militares e os sectores de segurança apresentados pela Escola de Copenhaga⁵.

A exploração do gás natural e carvão mineral constituem factores importantes para catapultar o desenvolvimento de Moçambique, não obstante ser necessário que os benefícios da exploração

traduzam-se na melhoria das condições de vida da população moçambicana. Para tal é necessário evitar que Moçambique torne-se numa economia dependente do gás e carvão mineral, porque este facto pode fazer com que a economia esteja refém das receitas provenientes destes recursos que não são renováveis. Desta feita, a exploração de recursos energéticos deve proporcionar a diversificação da economia, o que permitirá uma variação das receitas tributárias.

Santos (2012:1-2) refere que as grandes multinacionais que estão a exercer as suas actividades em Moçambique, algumas bem conhecidas, como a Rio Tinto e a brasileira Vale exercem as suas actividades com muito pouca regulação estatal, celebram contractos que lhe permitem o saque das riquezas moçambicanas com mínimas contribuições para o Orçamento de Estado (em 2010 a contribuição foi de 0.04%), violam impunemente os direitos humanos das populações onde existem recursos, procedendo ao seu reassentamento (por vezes mais de um num prazo de poucos anos) em condições indignas, com o desrespeito dos lugares sagrados, dos cemitérios, dos ecossistemas que têm organizado a sua vida desde há dezenas ou centenas de anos.

A exploração dos recursos energéticos deve ser transparente, eficiente e ética. A gestão dos rendimentos derivados da exploração do gás e carvão deve ser aplicado em programas de desenvolvimento nacional, respondendo directamente às expectativas das populações. Para que isso aconteça, é necessário que haja uma participação cada vez mais activa dos diversos seguimentos nacionais, desde as comunidades locais, a sociedade civil, os académicos, os políticos, religiosos.

A exploração de recursos energéticos implica uma mudança da arquitetura de segurança nacional, porque novas ameaças e vulnerabilidades emergem desta actividade. Desta feita, há necessidade de actualizar, aprimorar e adequar a arquitetura de segurança nacional, para fazer face a nova conjuntura actual, ao nível da Defesa Nacional, da Segurança Publica e dos Serviços de Informação e Segurança de Estado.

De acordo com o Boletim Anual da Balança de Pagamentos do Banco de Moçambique:

As descobertas de extensas reservas off-shore de gás natural irão acelerar ainda mais o crescimento económico de Moçambique. Prevê-se que o aumento do Investimento Directo Estrangeiro, sobretudo, em indústrias extractivas, juntamente com uma fonte de produção agrícola e o reforço das infra-estruturas vai impulsionar o crescimento para 7.50%, em 2012 e 8.40%, em 2013. Os grandes projectos foram responsáveis por cerca de 73% do total das exportações, ao contribuir com USD 2015.3 milhões (cerca de 15.7% do PIB), montante que inclui USD 21.2 milhões respeitantes às receitas de venda de carvão iniciadas no segundo semestre de 2011. Ainda em relação às exportações dos grandes projectos, há a salientar o seguinte: o gás contribui para o crescimento das receitas em 21.1%, o equivalente a USD 162.1 milhões, justificado pelo incremento da quantidade exportada em 12.0% e do preço médio internacional em 28.9%; no que concerne ao carvão, a primeira exportação de carvão teve lugar em Setembro de 2011, a partir do porto da Beira, tendo até o final do ano rendido cerca de USD 21.2 milhões (Banco de Moçambique, 2011:13-14).

Os mega-projectos ligados a exploração de recursos, independentemente de todos os problemas relatados pela sociedade civil que trabalha na monitoria, advocacia e acompanhamento das actividades das empresas e sua relação com o Governo, eles proporcionam postos de emprego; melhoram o PIB; contribuem no Orçamento Geral do Estado, o que concorre, em certa medida, para o início de uma relativa autonomia, segurança e estabilidade económica. Todavia, o grande desafio é de evitar que os indicadores macroeconómicos nacionais dependam directamente desse sector, porque em situação de mudanças na Economia Política Internacional os reflexos directos sobre o bem-estar e estabilidade nacional serão desastrosos e isso pode afectar a relação entre o

Estados e populações.

As externalidades da actividade da exploração de recursos podem criar conflitos, como fora referido anteriormente, por um lado; por outro a sensação de privação relativa que alguns seguimentos nacionais podem ter no que concerne aos benefícios directos dessa actividade podem ter reflexos negativos no sector societal da segurança. Os reflexos negativos podem afectar a coesão societal ao nível intra-estatal, entendida como salvaguarda da identidade social e cultural das populações e dos grupos sociais onde a actividade de exploração ocorre. De uma forma simples, tend-se transmitir a ideia de que esse aspecto pode proporcionar situações de manifestações e convulsões sociais, como já aconteceu em Moatize com o pessoal reassentado em Cateme.

A exploração de recursos pode afectar a componente ambiental, em Moçambique, caso haja algum acidente. O país não tem capacidade para fazer face a eventuais situações de acidentes de grande magnitude nas minas de Moatize, nos poços de gás em Pande e Temane ou nas actividades de propensão na Bacia do Rovuma. Portanto, a preservação da qualidade do ambiente e da possibilidade de renovação dos recursos naturais, aos níveis das zonas em que ocorre a propensão ou exploração devem ser garantidas, não obstante a existência da lei do ambiente e das minas que salvaguardam esses aspectos. Portanto, pode-se constatar que a cadeia de exploração dos recursos energéticos, em Moçambique meche com vários aspectos ligados à segurança a nível estatal, devido a natureza delicada da actividade e dos interesses e objectivos envolvidos na actividade.

Considerações Finais: Que Fazer?

A riqueza dos recursos naturais e energéticos constituem uma oportunidade a mais para o desenvolvimento de Moçambique, mas também uma fonte de instabilidade, desigualdade e exercício sistemático de violência a todos os níveis: física, estrutural e política.

Os governantes e governados moçambicanos devem preocupar-se em definir as melhores estratégias para que a exploração e gestão dos recursos energéticos possam, efectivamente, contribuir para o bem-estar das comunidades e não sejam motivos para o surgimento ou ressurgimento de conflitos violentos que possam agudizar mais ainda a pobreza. Assim, há necessidade de se adoptar um quadro jurídico e administrativo eficiente para racionalizar o processo de exploração e gestão de recursos energéticos, de modo a beneficiar mais ao Estado e não às companhias exploradoras. É necessário que se criem entidades responsáveis pela gestão dos recursos energéticos, apoiadas por instituições académicas e científicas vocacionadas na matéria.

É necessário que o Estado aumente, progressivamente, a sua participação nos projectos, potenciado o seu capital humano, técnico e financeiro, através destes investimentos feitos em parceria com as multi-nacionais aqui presentes. O Ministério dos Recursos Minerais, o Instituto do Petróleo e a Empresa Nacional de Hidrocarbonetos devem agir como núcleos a partir dos quais, se formarão outras empresas moçambicanas de capital privado que vão trabalhar na exploração dos recursos energéticos a toda a escala, com ideias, equipamentos e investimentos nacionais. Desta feita, os benefícios da exploração dos Recursos Minerais energéticos são moçambicanos.

Por fim, é necessário combater a corrupção através do recurso da fiscalização de modo a melhorar a transparência e ética no processo de concessão, monitoria e advocacia do processo de exploração de recursos; é necessário que se elimine as barreiras burocráticas; a disponibilização da informação referente à legislação deve ser mais acessível; e a política e estratégias integradas da exploração de

recursos em Moçambique deve contemplar a componente da melhoria e capacitação dos recursos humanos que trabalham nessa área, a questão das infraestruturas e os mecanismos de gestão de expectativas dos vários seguimentos sociais nacionais.

Notas

¹Resolvido pelo Tribunal Arbitral de Haia, em 2002, a favor de Camarões.

²Newsletter Energia & Indústria Extractiva (2012), nº 11. Pag. 1

³<http://correiodobrasil.com.br/mocambique-a-maldicao-da-abundancia/491145/>

⁴Director Provincial dos Recursos Minerais e Energia de Tete.

⁵A Escola de Copenhaga foi criada nos meados dos anos 1980 com finalidade de promover estudos para a paz e constitui uma das instituições que tenta desenvolver uma teoria ou um quadro analítico para estudo da segurança no contexto do construtivismo, em alternativa a perspectiva realista. O sector de segurança diz respeito a uma determinada área ou dimensão em que o sujeito de segurança presta atenção contra as ameaças e vulnerabilidade das quais os mesmos pode estar sujeito e exposto. De acordo com William (2008:4), David (2001, 86:103) e Fernandes (2004:208), a Escola Copenhaga desenvolveu os seguintes sectores de segurança: 1. *Sector Político*: as ameaças políticas têm por objetivo destruir ou abalar a estabilidade organizacional do Estado. Para tanto, podem

atingir um ou mais dos seus três componentes: as ideias de Estado, a sua base física e suas instituições. 2. *Sector Militar*: analisa a segurança centrado no Estado, onde o enfoque vai para as questões de defesa do território e população, segurança da população e grupos sociais e étnicos e gestão de crises humanitárias externas. 3. *Sector Económico*: centra a análise da segurança tendo em conta os aspectos da Economia Política Internacional com reflexos directos sobre o bem-estar e estabilidade de Estados e populações, nomeadamente, os relacionados com o sistema económico e financeiro internacional. 4. *Sector Societal*: este sector de segurança analisa a questão da coesão societal ao nível intra-estatal, entendida como salvaguarda da identidade social e cultural das populações e dos grupos sociais e étnicos minoritários, bem como dos seus direitos políticos e do seu bem-estar económico. 5. *Sector Ambiental*: este sector de segurança analisa a segurança tendo em conta as questões ligadas a preservação da qualidade do ambiente e da possibilidade de renovação dos recursos naturais, aos níveis entra-estadual e inter-estadual.



Referências Bibliográficas

Aron, Raymond (2002), *Paz e Guerra Entre As Nações*, Tradução de Sérgio Bath, Brasília.

Buzan, Barry (1983) *People, States and Fear*. Harvest Wheatsheaf, New York.

Chimundo, António (2012), *Quatro Novas Firms Iniciam Exploração do Carvão Mineral*, Jornal Diário de Moçambique, Sociedade Comercial de Notícias da Beira S.A, Sábado, 16 de Junho, Beira.

David, Charles-Philippe (2001), *A Guerra e a Paz: Abordagens Contemporâneas da Segurança e da Estratégia*, Instituto Piaget, Lisboa.

Fernandes, José Pedro Texeira (2004), *Teoria*

das Relações Internacionais: Da Abordagem Clássica ao Debate Pós-Positivista, Livraria Almedina, Coimbra.

Gilpin, Robert (1981), *War and Change in World Politics*, Cambridge University Press, Cambridge and New York.

Harvey, David (2003), *The New Imperialism*, Oxford University Press, Oxford.

Ikenberry, G. John (1988), *Reasons of State: Oil Politics and the Capacities of American Government*, Cornell University Press, Ithaca and London.

Justiça Ambiental (2012), *Novo Ciclo de Mineração Mundial: Multinacionais e Conflitos*

- Socio-Ambientais*, Palestra Proferida no Museu de História Natural, Comunicado de Imprensa, Agosto, Maputo.
- Keohane**, Robert e Joseph S Nye (2001), *Power and Interdependence*, Third Edition, Longman, New York.
- Klare**, Michael T. (2000), *Resource Competition and World Politics in the 21st Century*, Current History, Nº. 99.
- Morgenthau**, Hans (2003), *A Política Entre as Nações*, Funag / Editora Universidade de Brasília, Brasília.
- Ocuane**, Nelson (2012), *Petróleo e Gás: Últimos Desenvolvimentos*, Conferência Internacional Sobre Actores Emergentes em África, CEEI/ ISRI e EARN, Abril, Maputo.
- Peters**, Susanne (2004), “*Coercive Western Energy Security Strategies: ‘Resource Wars’ as a New Threat to Global Security*”, *Geopolitics*, Vol. 9, Number 1, March.
- Santos**, Boaventura de Sousa (2012), *Moçambique: Maldição da Abundância?* Jornal Correio do Brasil, São Paulo.
- Selemane**, Tomás Mário (2010), *Indústria Mineira em Moçambique: Que Papel Para a Sociedade Civil?* Centro de Integridade Pública - CIP, Outubro, Tete.
- Wallerstein**, Immanuel (2004), *World-Systems Analysis: An Introduction*, Duke University Press. Durham and London.
- Waltz**, Kenneth (2002), *Teoria das Relações Internacionais*, Gradiva, Lisboa.
- Wolfers**, Arnold (1962) *National Security as an ambiguous symbol*, *Discord and Collaboration* 7, Baltimore: Johns Hopkins University Press.
- Fuser**, Igor (2008). “*Os Recursos Energéticos e as Teorias das Relações Internacionais*”. In: Hage, José Alexandre (org.). *A Energia, a Política Internacional e o Brasil*, Editora Instituto Memória, 2008, PP. 105-127, São Paulo.
- Vernon**, Raymond (1971). *Sovereignty at Bay: The Multinational Spread of US Enterprises*, Basic Books, New York.



CEEI-ISRI **Centro de Estudos Estratégicos e Internacionais**

O Centro de Estudos Estratégicos e Internacionais – CEEI corresponde a Divisão de Investigação do ISRI é a unidade orgânica responsável pela realização de pesquisas aplicadas do ISRI. A missão estratégica do Centro dos Estudos Estratégicos Internacionais é a produção e divulgação de análises sobre os processos políticos, sócio-económicos e culturais da sociedade moçambicana, da região e do Sistema Internacional. A linha de pesquisa do CEEI tem como enfoque as seguintes áreas: Economia e Desenvolvimento, Estudos de Paz e Segurança, Estudos Sócio-Políticos e culturais, Estudos de Relações Internacionais e Política Externa. O CEEI estabelece-se como um canal aberto, inclusivo e que encoraja independência e liberdade de pensamento com vista a contribuir para o desenvolvimento e reformas políticas em Moçambique. A produção local de conhecimentos sobre práticas de desenvolvimento e experiências internacionais constitui valor acrescentado que o centro oferece a todos os interessados em estudar, investigar e divulgar assuntos ligados ao desenvolvimento económico, social e político de Moçambique e do mundo. Para o efeito, CEEI privilegiará a diversidade de focos temáticos e a pesquisar, co-relacionando uns dos outros, mas distintos nos assuntos para cada edição a publicar.

Contacto:

Centro de Estudos Estratégicos e Internacionais
Ruas dos Desportistas - Prédio JAT 5,
2º Andar, Maputo - Moçambique



Centro de Estudos Estratégicos e Internacionais - CEEI/ISRI